ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Relatório da Administração

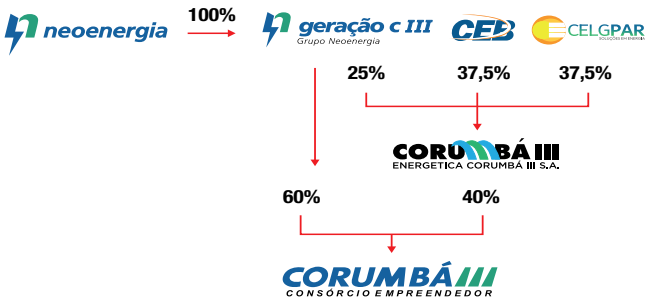
Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S. as e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Energética Corumbá III S.A. - ECIII, com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Histórico

A Energética Corumbá III - ECIII foi constituída em junho de 2001 com o objetivo de construir e operar a usina hidrelétrica Corumbá III. Em agosto de 2006, a companhia se associou ao grupo Neoenergia com a constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Atualmente a ECIII é detentora de 40% da concessão do AHE Corumbá III, objeto do Contrato de Concessão No 126/2001 - ANEEL, nos termos da Resolução Autorizativa Nº 980 de 10 de julho de 2007.
A UHE Corumbá III, localizada no rio de mesmo nome, no Município de Luziânia, teve suas obras efetivamente iniciadas em agosto de 2006, a partir da constituição do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com finalidade administrar a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III.
A primeira unidade geradora da UHE Corumbá III, com potência autorizada de 47,76 MW, entrou em operação comercial no 24/10/2009 e a segunda em 30/01/2010. A UHE Corumbá III encontra-se totalmente motorizada, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional e operando conforme programação estabelecida pelo Operador Nacional do Sistema.
Em 04/09/2012 a ANEEL emitiu o Despacho Nº 2.759, alterando o registro da Potência Instalada para 96.447 kW e da Potência Líquida para 89.484 kW da UHE Corumbá III, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 15 de outubro de 2001 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 126/2001.
Em 2018 ocorreu a Revisão da Garantia Física da UHE Corumbá a qual foi reduzida de 50,9 MW para 49,3 MW, sendo que na ECIII o valor mudou de 20,360 MW para 19,720 MW.

Composição Societária da Companhia

A composição societária da UHE Corumbá III é a seguinte:



Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa da ECIII visam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo busca a unificação de processos, práticas e políticas com as de seus acionistas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.
Conselho de Administração: De acordo com o Acordo de Acionistas o Conselho de Administração é composto por cinco conselheiros, com mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez a cada trimestre civil e tem como atribuição a orientação geral dos negócios da companhia e a eleição e destituição dos diretores.
Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal será instalado conforme definido no Estatuto Social da companhia, mas tem caráter não permanente, podendo ser requerido por quaisquer de seus acionistas anualmente. Atualmente a companhia não possui Conselho Fiscal instalado.
Diretoria Executiva: A Diretoria da companhia é composta por três diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de quatro anos, sendo que o diretor técnico acumula o cargo de diretor técnico no Consórcio Empreendedor Corumbá III.

Ambiente Regulatório

Repactuação do Risco Hidrológico.
A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º da norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia -MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia hidrelétrica.
A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.
Observados os critérios e condições definidas na norma, a Energética Corumbá III SA, por meio da carta ECIII 035/2015 de 22 de dezembro de 2015, encaminhou à SRM - Superintendência de Regulação de Estudos do Mercado, manifestando o interesse na Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL por meio do Despacho 034/16 de 11/01/2016 anuiu a Repactuação do Risco Hidrológico pleiteado pela ECIII.
Por meio da correspondência ECIII 003/2016 à SRM foi encaminhado o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico de nº 35/016 em 14/01/2016, bem como a manifestação de desistência da Ação Ordinária nº 55571-48-2015.4.01.3400 que questionava os efeitos financeiros decorrentes de a GSF ser menor que a unidade, condição essencial para o efeito da Repactuação do Risco Hidrológico.

Fornecimento de Energia

A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 49,3 MW Médios foi totalmente comercializada junto à CEB Distribuição, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

Desempenho Econômico-Financeiro

A ECIII, em 31/12/2023, apurou lucro líquido de **R$ 46.302.891,33** (quarenta e seis milhões, trezentos e dois mil, oitocentos e noventa e um reais e trinta e três centavos).
Abaixo os principais indicadores econômico-financeiros:

Indicadores empresariais	2023	2022	Variação %
Indicadores Econômicos			
Receita operacional bruta	80.191	76.370	5%
Receita operacional líquida	75.817	71.892	5%
EBITDA	55.893	51.713	8%
Resultado do serviço	48.407	46.477	4%
Resultado financeiro	1.829	2.767	-34%
Lucro líquido	46.303	45.124	3%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	248.645	255.716	-3%
Dívida bruta total	42.278	55.325	-24%
Patrimônio líquido	206.367	255.716	3%
Dívida de curto prazo/dívida total (%)	0,42	0,45	-7%
Patrimônio líquido/Ativo total (%)	0,83	0,78	6%

A Companhia está propondo a distribuição do lucro líquido, referente ao exercício de 2023 da seguinte forma: constituição de reserva legal no valor de **R$ 2.315.144,57** (dois milhões, trezentos e quinze mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos); constituição de reserva de manutenção do capital de giro no valor de
R$ 2.315.144,57 (dois milhões, trezentos e quinze mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos); distribuição de dividendo mínimo obrigatório no valor de **R$ 10.996.936,69** (dez milhões, novecentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos); e distribuição de dividendos adicionais no valor de **R$ 30.675.665,51** (trinta milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), com pagamento até 31/12/2024.

Endividamento

Para a implantação do empreendimento, a UHE Corumbá III celebrou em 2009 um contrato de financiamento do BNDES, cuja taxa de juros é a TJLP mais SPREAD de 1,72 e prazo de 14 anos. A parcela superior a 6% da TJLP é capitalizada. Em 2023 o financiamento foi totalmente amortizado, o saldo devedor do financiamento são os seguintes:

Data	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Devedor - CP	–	6.752
Saldo Devedor - LP	–	–
Saldo Devedor Total	**–**	**6.752**

Distribuição de Dividendos

Em 2023, a companhia pagou aos acionistas o montante de R$ 40.611.178,29 (quarenta milhões, seiscentos e onze mil, cento e setenta e oito reais e vinte e nove centavos), relativos aos dividendos apurados em 2022.

Responsabilidade Sócio-Ambiental

A Licença de Operação da UHE Dardanelos, com vigência até 25/01/2026, prevê em seu escopo a realização dos Programas de Monitoramentos Ambientais e o cumprimento do Plano Básico Ambiental (PBA) do Componente Indígena, os quais vêm sendo atendidos em sua integralidade, entre os quais destacamos:
• ***Programas de Monitoramento da Ictiofauna, Mastofauna, Herpetofauna e Avifauna -*** As atividades de monitoramento da fauna realizadas na área de influência direta e no entorno seguem seu curso normal. Os estudos demonstram um resultado altamente satisfatório, constatando que o empreendimento não impactou a fauna nas áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AII).
• ***Programa de Monitoramento de Macrófitas -*** As campanhas de monitoramento das macrófitas, na área de influência direta do empreendimento, continuam sendo realizadas conforme previsto no processo de licenciamento.
• ***Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade de Água -*** As campanhas de monitoramento das análises das águas (parâmetros físico-químicos e biológicos) do rio Aripuanã e córrego Frei Canuto vêm sendo realizada em onze pontos de coleta, tal como estabelecido no Programa. Os resultados são satisfatórios.
• ***Programas de Monitoramento Hidrológico e Hidrossedimentológico -*** Em continuidade às campanhas de monitoramento da vazão do Rio Aripuanã com o acompanhamento dos níveis d'água, descargas líquidas e do transporte de sedimentos, continuam sendo realizadas, inclusive com coleta de dados hidrométricos das estações telemétricas.
Programa de Monitoramento de Prevenção dos Processos Erosivos - As campanhas de monitoramento das erosões na área de influência direta do empreendimento vêm sendo executadas em estrita aderência ao estabelecido no Programa.

Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação dos serviços de auditoria das suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, bem como a revisão dos informativos contábeis. Desde então, a Deloitte não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

CONCLUSÃO

A Administração da ECIII manifesta sua satisfação pelo êxito de seus esforços, no estabelecimento das condições legais, estratégicas, ambientais e financeiras que permitiram a operação da UHE Corumbá III, com a disponibilidade de sua potência total, sem nenhuma restrição técnica.
Neste sentido vem de público agradecer o apoio incondicional recebido dos acionistas da Empresa, a colaboração de seus servidores e contratados, bem como a parceria com a Geração CIII, subsidiária da Neoenergia, consubstanciada nas ações do Consórcio Empreendedor Corumbá III.
Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023 bem como o parecer dos auditores independentes.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.095	20.315
Títulos e valores mobiliários	5	6.327	–
Contas a receber	6	8.553	8.679
Adiantamentos		50	50
Despesas antecipadas	8	124	124
Total do ativo circulante		33.149	29.168
Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	–	5.753
Despesas antecipadas	8	1.476	1.601
Depósitos judiciais		3.558	5.941
Outros ativos	7	1.486	1.053
Total do realizável a longo prazo		6.520	14.348
Imobilizado	9	197.328	200.384
Intangível	10	11.648	11.816
Total do ativo não circulante		215.496	226.548
Total do Ativo		248.645	255.716

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	11	1.052	1.004
Empréstimos e financiamentos	12	–	6.752
Obrigações sociais e trabalhistas		188	211
Impostos de renda e contribuição social a recolher	21	968	991
Outros impostos a recolher		275	309
Encargos setoriais	11	1.379	997
Dividendos propostos	16	10.997	11.281
Outorga da concessão	13	1.639	1.502
Outros passivos	15	1.054	2.048
Total do passivo circulante		17.552	25.095
Não Circulante			
Outorga da concessão	13	8.769	9.427
Provisões para processos judiciais	14	11.145	18.843
Outros passivos	15	4.812	1.960
Total do passivo não circulante		24.726	30.230
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	121.586	121.586
Reservas de lucros	16	54.104	49.474
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	16	30.677	29.331
Lucros acumulados		–	–
Total do patrimônio líquido		206.367	200.391
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**248.645**	**255.716**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Notas Explicativa	Exercício de 12 meses findos em: 31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	75.817	71.892
Custo dos serviços prestados	18	(24.023)	(21.660)
Resultado Bruto		**51.794**	**50.232**
Despesas gerais e administrativas	19	(3.387)	(3.755)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		**48.407**	**46.477**
Receita financeira	20	4.117	5.386
Despesa financeira	20	(2.288)	(2.619)
Resultado Financeiro Líquido		**1.829**	**2.767**
Resultado Antes dos Impostos		**50.236**	**49.244**
Imposto de renda e contribuição social	21	(3.933)	(4.120)
Resultado Líquido do Período		**46.303**	**45.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Exercício de 12 meses findos em: 31/12/2023	31/12/2022
Lucro do Período	**46.303**	**45.124**
Outros Resultados Abrangentes	**–**	**–**
Total dos Resultados Abrangentes do Período	**46.303**	**45.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social realizado	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva para Capital de Giro	Reserva para Expansão	Lucros acumulados	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de Janeiro de 2021		**121.586**	**6.681**	**6.681**	**27.534**	**–**	**14.062**	**176.544**
Lucro do exercício		–	–	–	–	40.659	–	40.659
Reserva legal		–	2.033	–	–	(2.033)	–	–
Reserva de manutenção capital de giro		–	–	2.033	–	(2.033)	–	–
Dividendos obrigatórios		–	–	–	–	(10.165)	–	(10.165)
Proposta distribuição de dividendos adicionais		–	–	–	–	(26.428)	26.428	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		121.586	8.714	8.714	27.534	–	40.490	207.038
Lucro do exercício		–	–	–	–	45.124	–	45.124
Reserva legal		–	2.256	–	–	(2.256)	–	–
Reserva de manutenção capital de giro		–	–	2.256	–	(2.256)	–	–
Dividendos obrigatórios		–	–	–	–	(11.281)	–	(11.281)
Proposta distribuição de dividendos adicionais		–	–	–	–	(29.331)	29.331	–
Distribuição de dividendos adicionais							(40.490)	(40.490)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		121.586	10.970	10.970	27.534	–	29.331	200.391
Lucro do exercício		–	–	–	–	46.303	–	46.303
Reserva legal		–	2.315	–	–	(2.315)	–	–
Reserva de manutenção capital de giro		–	–	2.315	–	(2.315)	–	–
Dividendos obrigatórios		–	–	–	–	(10.997)	–	(10.997)
Proposta distribuição de dividendos adicionais		–	–	–	–	(30.676)	30.676	–
Distribuição de dividendos adicionais							(29.330)	(29.330)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		121.586	13.285	13.285	27.534	–	30.677	206.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período		**46.303**	**45.124**
Ajustes:			
Depreciação	9	4.408	4.718
Amortização	10	3.078	519
Juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	12	222	859
Variação Monetária - Outorga da concessão	20	1.205	1.330
Imposto de renda e contribuição social	21	3.933	4.120
Atualizações contingências	14	299	–
Provisões para demandas judiciais	14	48	199
Reversão contingências	14	(313)	(14)
		59.183	56.855
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		126	(2.430)
Outros ativos		(308)	(688)
Fornecedores e encargos setoriais		430	332
Obrigações sociais e trabalhistas		(23)	139
Obrigações tributárias		(34)	23
Outorga da concessão		(1.727)	(1.631)
Outros passivos		(248)	1.698
Caixa Gerado Pelas Atividades Operacionais		**57.399**	**54.298**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.955)	(3.676)
Juros pagos	12	(216)	(872)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		**53.228**	**49.750**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(6.701)	(5.543)
Aquisições de bens do ativo intangível		(804)	(5)
Títulos e valores mobiliários		(574)	(1.481)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos		**(8.079)**	**(7.029)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Pagamento de dividendos		(40.611)	(50.653)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	12	(6.758)	(8.927)
caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(47.369)**	**(59.580)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(2.220)**	**(16.859)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	20.315	37.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	18.095	20.315
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(2.220)**	**(16.859)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto Operacional
A Energética Corumbá III S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III, situada no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás. A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III.
O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010, entrou em operação a segunda turbina. A atividade de exploração de geração de energia elétrica é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.
1.1. Concessões
O Contrato de Concessão nº 126/2001, de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aditivado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração Corumbá III. Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento para 7 de novembro de 2036. Em razão da repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015 o prazo foi estendido por mais 100 dias tendo o vencimento da concessão alterado para 14 de fevereiro de 2037. Recentemente, conforme resolução homologatória 2.932 de 14 de setembro de 2021 emitida pela ANEEL a concessão da UHE Corumbá III foi prorrogada por mais 1.163 dias, a partir de 14 de fevereiro de 2037 até dia 21 de abril de 2040, conforme abaixo.
Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida

continua

continuação

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31/12/2023 (Em milhares de reais - R$)

compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Na repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do pronunciamento técnico CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido pronunciamento técnico CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, dessa forma, o valor do ativo a ser reconhecido é apresentado de acordo com cada usina geradora de energia, no caso da ECIII, a Usina de Corumbá III.

As usinas da Energética Corumbá III com direito a extensão de outorga, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.919, de 03/08/2021 e nº 2.932, de 17/09/2021, estão relacionadas a seguir:

Código Usina	Nome Usina	Característica da Usina	Extensão do prazo em dias	Impacto financeiro Consórcio 2(100%)	Impacto financeiro ECIII (40%)
8594	Corumbá III	Repactuadas ACR	1.162,7	23.635	9.454

Em 7 de outubro de 2021 foi assinado o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de ricos hidrológicos relacionados ao mecanismos de realocação de energia - MRE entre as partes envolvidas, sendo a ECIII e a ANEEL, e, aprovaram a adesão à repactuação do risco hidrológico da parcela de garantia física não repactuada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio de extensão de outorga da sua usina hidrelétrica participante do mecanismo de realocação de energia - MRE. Com a assinatura do termo e aprovação por parte dos diretores da ECIII, que inclui a renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Energia comprada para revenda - Suprimento de Energia Elétrica", no montante de R$9.454 com impacto positivo no seu resultado operacional.

A energia gerada é comercializada pelas consorciadas (Energética Corumbá III S.A. e Geração Corumbá III), com a venda da energia contratada totalmente pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A., até o ano de 2036, e seu preço é reajustado anualmente no mês de outubro, pela variação do IGPM.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de Fevereiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Os principais julgamentos e estimativas estão relacionados a:

- Vida útil de ativos de longa duração.
- Concessão do Serviço Público (UBP).
- Provisão para Processos Judiciais.
- Mensuração por meio do valor justo.

2.4.1. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

2.5. Novas Normas e Interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de "covenants" como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas "covenants" cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 03: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, "Reverse factoring", "Confirming" e/ ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024
CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024

Não houve a emissão de novas normas ou revisão daquelas já existentes, que produzissem efeitos aplicáveis em 2023. Em relação aos normativos em discussão no CPC ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.6. Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

3. Principais Políticas Contábeis

A Energética Corumbá III aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

A Energética Corumbá III classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com a seguinte categoria:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Energética Corumbá III mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Conforme nota explicativa nº 24, os ativos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado pois considera os seguintes aspectos:

- São mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR.

Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado.

A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido.

Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos.

(i) Classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento de um instrumento financeiro

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: a Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

d) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aplicação. **e) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Esses instrumentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment".

A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Estão classificados neste grupo os saldos a receber (nota explicativa nº 6) e os saldos junto a fornecedores (nota explicativa nº 11).

3.2. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

As taxas de amortização utilizadas pela companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, destacando-se que as servidões não são amortizadas.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

A amortização foi iniciada quando da entrada em operação da Usina.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O intangível de utilização do bem público referente à extensão do contrato de concessão (nota explicativa nº 1.2) é amortizado seguindo a orientação da ANEEL e registrado de acordo com cálculo da ANEEL.

3.3. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. a Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, por meio da Resolução nº 674, em vigor desde 11 de agosto de 2015.

A Administração da Companhia entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a ser revertidos ao final da Concessão e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia avaliará os efeitos correspondentes em suas demonstrações financeiras.

(iv) Contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e as avaliações de probabilidade de perdas desses processos incluíram a análise das evidências disponíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos. Adicionalmente, com a avaliação dos assessores jurídicos, o Consórcio atualizada as informações dos processos com relação aos valores depositados em juízo. Os valores relacionados as contingências são reembolsados pelas Consorciadas, quando os valores são desembolsados pelo Consórcio para pagamento de contingências.

As contingências relacionadas a processos de servidão e desapropriação são contabilizadas no ativo imobilizado ("terrenos em curso") em contrapartida as provisões para contingências, enquanto os processos encontram-se em discussão judicial.

A atualização monetária das provisões para contingências é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso"), uma vez que o Consórcio entende que esses valores compõem o custo de aquisição do ativo.

(v) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais relativos a processos de servidão e desapropriação são contabilizados no ativo não circulante, pois são considerados ativos financeiros.

A atualização monetária dos depósitos judiciais é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso").

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido a parcela que exceder ao valor resultante da multiplicação de R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro presumido do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6. Receita de venda de energia

A receita referente à venda da energia gerada pela Energética Corumbá III é reconhecida mensalmente de acordo com o contrato de venda de energia junto à Neoenergia que a ECIII possui, as receitas de vendas de acordo com o contrato são registradas de acordo com sua competência e as notas fiscais emitidas no mês de sua referência com pagamento no mês subsequente em três parcelas iguais. Dessa forma, a receita é reconhecida em sua competência correta no que tange às vendas já firmadas em contrato.

Além da venda conforme contrato, a Companhia possui também as vendas de energia em mercado de leilão da CCEE, que é realizada quando ocorre excedente na produção de energia do que prometido em contrato de venda junto à Neoenergia.

3.7. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento em contas separadas.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

3.8. Capital Social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores dessas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia.

3.9. Distribuição de dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

De acordo com as práticas contábeis brasileiras, o pronunciamento técnico CPC 24 e a interpretação técnica ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

3.10. Lucro por ação

Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.11. Participações em operações em conjunto

Uma operação em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos com relação ao acordo. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Quando uma Companhia realiza suas atividades como operações em conjunto, a Companhia, como um operador em conjunto, reconhece com relação à sua participação em uma operação em conjunto:

- Seus ativos, incluindo sua participação nos ativos mantidos em conjunto.
- Seus passivos, incluindo sua participação nos passivos incorridos em conjunto.
- Suas receitas da venda de sua participação no resultado decorrente da operação em conjunto.
- Sua participação nas receitas da venda do resultado decorrente da operação em conjunto.
- Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto.

A Energética Corumbá III faz parte de uma operação em conjunto ("joint operation") junto à Geração Corumbá III, constituindo o Consórcio Corumbá III para construção da Usina Corumbá III. A construção da Usina de Corumbá III, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III.

A Companhia contabiliza os ativos, os passivos e as despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com os CPCs aplicáveis a ativos, passivos, receitas e despesas específicos.

A operação em conjunto possui impacto, nas contas de Ativo Imobilizado e Intangível, no passivo de provisões para processos judiciais e nas despesas. Os saldos contabilizados pela Energética Corumbá III são provenientes dos saldos informados pelo Consórcio Corumbá III, visto que o imobilizado que constitui o saldo é decorrente de construções e melhorias na Usina, assim como as provisões constituídas possuem origem em processos relacionados à construção da Usina e desapropriações de terra, em sua maioria.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros.
- Despesa de juros.
- Comissões.
- Desconto obtido.
- Variação monetária.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

continua

continuação

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31/12/2023 (Em milhares de reais - R$)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários à vista	2.136	1.610
Aplicações financeiras de liquidez imediata	15.959	18.705
	18.095	20.315

Em 31 de dezembro de 2023 o caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por operações compromissadas lastreadas em Títulos do Tesouro Nacional, por meio de fundos de investimento administrados por instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média acumulada de 10,89% a.a. (10,13% a.a. em 31 de dezembro de 2022) sem vencimento predeterminado.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 23.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Contas Reserva	6.327	5.753
Circulante	6.327	–
Não Circulante	–	5.753

Referem-se à aplicação no Fundo de Investimento 33, administrado pela BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A remuneração pela variação dos Títulos Públicos à taxa no ano é de 10,89% a.a. (10,13% a.a. em 31 de dezembro de 2022), sem vencimento pré-determinado. No exercício de 2022 era classificado a longo prazo devido seu vínculo contratual do financiamento BNDES vigente a época o qual foi totalmente amortizado em 2023.

6. Contas a Receber

As contas a receber referem-se ao Contrato de compra e venda de Energia Elétrica (CCVEE) entre a Companhia e Neoenergia Distribuição Brasília S.A. e são registradas mensalmente, conforme notas fiscais de saída e dos valores a receber da liquidação da CCEE (Mercado Interno).

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a Receber Partes Relacionadas (nota explicativa nº 7)	8.553	8.679
	8.553	8.679

Não há riscos significativos de perdas de créditos esperadas, pois, de acordo com o contrato de garantia com o BRB, a ECIII está autorizada a solicitar bloqueio das contas da Neoenergia Distribuição Brasília S.A., mantidas naquela instituição financeira para possibilitar a liquidação financeira imediatamente após eventual inadimplemento. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui contas a receber em atraso.

7. Partes Relacionadas

7.1. Saldo patrimonial com partes relacionadas

As principais transações e os saldos entre partes relacionas estão relacionados abaixo:

Valores a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (nota explicativa nº 6)	8.553	7.645
Consórcio Empreendedor Corumbá III	1.486	988
	10.039	8.633

O valor a Receber de aportes de investimentos solicitados e sua aplicação no Ativo Imobilizado.

Valores a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Encargo de Uso de Energia Elétrica (nota explicativa nº 11)	(180)	(172)
Aporte Operacional - CECIII (nota explicativa nº 15)	(522)	(988)
Aporte de Investimento - CECIII (nota explicativa nº 15)	(524)	(1.053)
Benefícios Pós Emprego (nota explicativa nº 15)	(8)	(7)
Aporte Operacional Não Circulante - CECIII (nota explicativa nº 15)	(1.136)	(1.137)
	(2.370)	(3.357)

7.2. Resultado com partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujo preço da transação é definido em contrato e a tarifa é determinada previamente pelo órgão regulador (ANEEL) e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

	Exercícios findos em:	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com partes relacionadas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - (Venda de Energia) (nota explicativa nº 17)	79.974	75.672
	79.974	75.672
Despesas com partes relacionadas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - CUSD (Encargos de Uso da Rede) (nota explicativa nº 18)	(2.077)	(1.963)
Neoenergia Operação e Manutenção S.A. (nota explicativa nº 20)	(24)	(86)
	(2.101)	(2.049)

7.3. Remuneração dos administradores

	Exercícios findos em:	
	31/12/2023	31/12/2022
Salários (Administradores)	(655)	(855)

8. Despesas Antecipadas

O saldo de despesa antecipada refere-se substancialmente à repactuação do risco hidrológico em que a Companhia reconheceu como despesa paga antecipadamente, o qual vem sendo apropriado ao resultado do exercício com valores amortizados mensalmente até o final da concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Repactuação do Risco Hidrológico	1.600	1.725
Circulante	124	124
Não Circulante	1.476	1.601

9. Imobilizado

As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, com base na vida útil média dos equipamentos e instalações do setor elétrico.

Destaca-se que o contrato de concessão da UHE Corumbá III foi assinado em 07/11/2001 e possui cláusula de indenização ao final da concessão, permitindo a depreciação por vida útil e não pelo período da concessão, pois o valor remanescente será indenizado. Não há nenhum fato que indique que os parâmetros de vida útil estabelecidos pela ANEEL não sejam as melhores estimativas a serem adotadas pela Companhia, e, portanto, os terrenos não são depreciados, conforme a referida resolução.

a) Composição

• Ativo Imobilizado em Serviço

		31/12/2023			31/12/2022		
Descrição	Taxa de depreciação a.a. %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço:							
Terrenos		28.146	–	28.146	28.146	–	28.146
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,04%	136.176	(36.242)	99.934	134.953	(33.688)	101.265
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,30%	15.210	(4.165)	11.045	14.893	(3.814)	11.079
Máquinas e Equipamentos	3,04%	50.915	(21.127)	29.788	50.715	(19.631)	31.084
Veículos	14,29%	97	(97)	–	97	(92)	5
Móveis e Utensílios	6,25%	69	(44)	25	58	(42)	16
		230.613	(61.675)	168.938	228.862	(57.267)	171.595

• Ativo Imobilizado em Curso

	31/12/2023			31/12/2022		
Imobilizado em curso	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	19.008	–	19.008	25.044	–	25.044
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.419	–	6.419	1.557	–	1.557
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	489	–	489	154	–	154
Máquinas e Equipamentos	1.838	–	1.838	1.471	–	1.471
Móveis e Utensílios	1	–	1	1	–	1
Transf. fabric. e Reparo Material	14	–	14	14	–	14
Material em Depósito	621	–	621	548	–	548
Imobilizado em Curso	28.390	–	28.390	28.789	–	28.789
Imobilizado Líquido	259.003	(61.675)	197.328	257.651	(57.267)	200.384

No advento do termo final de contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à UH passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização do investimento inicial do imobilizado e dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original, desde que aprovados pela ANEEL e ainda não amortizados, realizando a indenização no valor total do ativo imobilizado líquido no momento do término da concessão. O valor será apurado mediante auditoria própria da ANEEL.

b) Movimentação

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em Serviço			Em Curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	228.370	(52.549)	175.821	27.770	27.770	203.591
Adições	492	–	492	1.019	1.019	1.511
Depreciação do Exercício	–	(4.718)	(4.718)	–	–	(4.718)
Saldos em 31 de dezembro 2022	228.862	(57.267)	171.595	28.789	28.789	200.384
Saldos em 1º de janeiro de 2023	228.862	(57.267)	171.595	28.789	28.789	200.384
Adições (a)	–	–	–	1.353	1.353	1.353
Transferências	1.751	–	1.751	(1.752)	(1.752)	(1)
Depreciação do Exercício	–	(4.408)	(4.408)	–	–	(4.408)
Saldos em 31 de dezembro 2023	230.613	(61.675)	168.938	28.390	28.390	197.328

a) As adições do imobilizado incluem transações com efeito caixa e não caixa, totalizando R$ 1.353 em adições. As adições que impactaram caixa totalizaram o valor de R$ 6.701, e as adições que não têm efeito caixa são referentes as movimentações de depósitos judiciais e provisões de contingências, totalizando uma redução líquida de R$ 5.348.

10. Intangível

As taxas de amortização utilizadas pela companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, destacando-se que as servidões não são amortizadas.

		31/12/2023			31/12/2022		
Descrição	Taxa de amortização a.a. %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço:							
Intangível - UBP (a)	4%	4.814	(2.510)	2.304	4.814	(2.334)	2.480
Intangível - Outros (Extensão)	8,11%	9.454	(1.661)	7.793	9.454	(447)	9.007
Intangível - Licença Operação	20%	2.884	(1.683)	1.201	–	–	–
Intangível - P&D	20%	393	(393)	–	393	(393)	–
Intangível - faixa de servidão		314	–	314	314	–	314
Intangível - software	20%	152	(144)	8	152	(139)	13
		18.011	(6.391)	11.620	15.127	(3.313)	11.814
Intangível em curso:							
Intangível - software		28	–	28	2	0	2
Intangível Líquido		18.039	(6.391)	11.648	15.129	(3.313)	11.816

O saldo em 31 de dezembro 2023 é constituído por direitos de uso de software, servidão de passagem e pela UBP. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço			Em Curso		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	15,122	(2.794)	12.328	1	1	12.329
Adições	5	–	5	1	1	6
Amortização do Exercício	–	(519)	(519)	–	–	(519)
Saldos em: 31 de dezembro de 2022	15.127	(3.313)	11.814	2	2	11.816
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	15.127	(3.313)	11.814	2	2	11.816
Adições	–	–	–	2.911	2.911	2.911
Transferências	2.884	–	2.884	(2.885)	(2.885)	(1)
Amortização do Exercício	–	(3.078)	(3.078)	–	–	(3.078)
Saldos em: 31 de dezembro de 2023	18.011	(6.391)	11.620	28	28	11.648

a) As adições do intangível incluem transações com efeito caixa e não caixa, totalizando R$ 2.911 em adições. As adições que impactaram caixa totalizaram o valor de R$ 804, e as adições que não têm efeito caixa são referentes a provisão da renovação da licença de operação e totalizaram R$2.107.

11. Fornecedores e Encargos Setoriais

a) Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Compra de Energia CCEE	129	102
Materiais e Serviços	84	–
Compra de Energia Outros Fornecedores	659	730
Encargos de Uso da Rede Elétrica	180	172
	1.052	1.004

b) Encargos Setoriais

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	48	51
Ministério de Minas e Energia - MME	24	25
Recursos em Poder da Empresa	1.175	759
Taxa de Fiscalização - TFSEE	12	11
Compensação Financeira - CFURH	120	151
	1.379	997

12. Empréstimos e Financiamentos

Para a implantação do empreendimento, a ECIII celebrou, em 2009, um contrato de financiamento junto ao BNDES, cuja taxa de juros corresponde à TJLP acrescida de spread de 1,72 a.a., com prazo de 14 anos. Os juros da parcela da TJLP superior a 6% são incorporados ao saldo devedor.

Banco: BNDES

Moeda Nacional

Taxa de Juros Anual: TJLP + 1,72%

	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	15.692
Encargos	859
Amortizações	(8.927)
Pagamentos de Juros	(872)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.752
Saldo em 1º de janeiro de 2023	6.752
Encargos	222
Amortizações	(6.758)
Pagamentos de Juros	(216)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–

No dia 15 de setembro de 2023 houve pagamento da última parcela do financiamento, portanto o financiamento junto ao BNDES foi totalmente amortizado pela Companhia.

13. Outorga da Concessão

Tem origem nas obrigações de pagamento da utilização do bem público advindas do contrato de concessão perante o poder concedente. A dívida originalmente é composta por 326 parcelas mensais com valor nominal de R$14, a serem pagas até novembro de 2036. Estas parcelas estão reconhecidas ao custo nominal atualizado pela inflação e trazido a valor presente pela taxa de 12% a.a.

A Companhia iniciou os pagamentos quando entrou em operação.

O saldo da dívida está segregado entre circulante e não circulante, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Utilização do Bem Público		
Circulante	1.639	1.502
Não Circulante	8.769	9.427
	10.408	10.929

No exercício de 2023 foram pagas 12 parcelas mensais, totalizando o valor de R$1.727.

A cada pagamento, é feita a transferência do passivo não circulante para o passivo circulante, no mesmo valor, para manter o saldo de 12 parcelas de amortização no passivo circulante.

A tabela abaixo resume o valor dos pagamentos do passivo:

2024	1.740
2025	1.740
2026	1.740
2027	1.740
2028 em diante	3.448

14. Provisões para Processos Judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de naturezas tributária e cível.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários e cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

Perda Provável	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	11.145	18.843
	11.145	18.843

A movimentação do exercício foi:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no final do exercício 31/12/2021	16.750	–	16.750
Atualização de processos judiciais	2.107	–	2.107
Reversão de provisão para processos judiciais	(14)	–	(14)
Saldo no final do exercício 31/12/2022	18.843	–	18.843
Atualização de processos judiciais	1.794	–	1.794
Constituição de provisão para processos judiciais	48	–	48
Reversão de provisão para processos judiciais	(9.540)	–	(9.540)
Saldo no final do exercício 31/12/2023	11.145	–	11.145

• Cíveis

A estimativa de processos judiciais cíveis fundiários analisados como prováveis perdas corresponde ao total de R$11.145 em 31 de dezembro de 2023 (R$18.843 em 31 de dezembro de 2022), encontra-se provisionada.

• Trabalhistas

Atualmente não há processos trabalhistas com perda provável que envolvam a Companhia.

• Contingências passivas possíveis

Perda possível	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais (a)	–	12.753
Tributárias (b)	750	692
Cíveis	252	225
Trabalhistas	36	–
Total	1.038	13.670

(a) Ambientais

As contingências ambientais referem-se à ação promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás, decorrentes de compensação adicional de impacto socioambiental referente à implantação do empreendimento da Usina Hidrelétrica Corumbá III. Esse processo ambiental foi finalizado e não possui saldo em 31 de dezembro de 2023 (total estimado de R$12.753 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Tributárias

Não há valores provisionados. Entretanto, as contingências tributárias correspondem a apuração de ICMS/DIFAL do imposto incidente na

continua

continuação

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31/12/2023 (Em milhares de reais - R$)

aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado no exercício de 2009. Totalizando um total estimado de R$750 em 31 de dezembro de 2023 (total estimado em R$692 em 31 de dezembro de 2022) com expectativa de perda possível.

Os valores das contingências (prováveis e possíveis) foram atualizados monetariamente pela variação do INPC e acrescidos de juros de 1% a.m.

15. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Aporte Operacional - CEC III (i)	522	988
Aporte de Investimento - CEC III (ii)	524	1.053
Benefícios Pós-Emprego (iii)	8	7
	1.054	2.048
Não circulante		
Recursos em Poder da Companhia (iv)	394	394
Aporte Operacional - CEC III (i)	1.136	1.137
Retenções Contratuais - Themag (v)	397	397
Provisão Renovação Licença de Operação (vi)	2.885	–
Outros	–	32
	4.812	1.960

(i) O saldo das contas de Aportes (Operacional e de Investimentos do passivo circulante são referentes aos pedidos de Aportes Financeiros a serem feitos ao CECIII no mês subsequente.
(ii) A conta Aporte Operacional - CECIII do passivo não circulante se refere ao provisionamento de aportes para requisição no futuro, em função de provisionamento de contingências e de cauções no CECIII.
(iii) Os benefícios pós emprego se referem a contrapartida da Companhia para a Previdência Privada de seus colaboradores.
(iv) Os recursos em poder da Companhia se referem aos gastos apurados no projeto de P&D em 2014, que foram levados a débito na conta de mesma natureza do passivo circulante, em observância ao previsto no MCSE.
(v) O saldo da conta Retenções Contratuais - Themag se deve ao fato de ainda não ter ocorrido o encerramento formal do contrato de projeto (EPC) em função de divergências entre as partes.
(vi) Provisão de programas ambientais referem-se a investimentos a serem realizados pelo Consórcio decorrente de condicionantes estipuladas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente para a obtenção da licença de operação. Dessa forma, a provisão está elaborada com base na melhor estimativa da Administração para os desembolsos futuros de caixa esperado para o cumprimento dos investimentos a serem realizados ao longo da validade da licença.

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social Integralizado:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total
Acionistas	Classe Única	%	Classe única	%	
Cia Energética de Brasília S.A. (CEB)	15.198	25%	30.397	50%	45.595
CELG Participações S.A.	15.198	25%	30.397	50%	45.595
Geração CIII S.A.	30.396	50%	–	–	30.396
	60.792	100%	60.794	100%	121.586

16.2. Da integralização do capital e ações

a) O Capital Social é integralizado totalizado em 121.586 dividido em 60.792 em ações ordinárias nominativas e 60.794 em ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.
b) As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:
• Direito de dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
• Prioridade na distribuição de dividendos.
• Prioridade no reembolso do capital sem prêmio.

A CELG-GT segregou suas atividades de geração das atividades de transmissão transferindo-as para a CELG Participações. A transferência das ações da CELG GT para CELGPAR foi efetivada no Livro de Transferência de Ações Nominativas e no Livro de Registro de Ações Nominativas em 11/10/2021, tornando-se esta última, acionista da Companhia, sucedendo a CELG GT em todos os direitos e obrigações.

	Ações ordinárias (on)		Ações preferenciais (pn)		Ações Total	
Acionista	Quantidade	Part. %	Quantidade	Part. %	Quantidade	Part. %
Ceb	15.198	25	30.397	50	45.595	37,5
Celgpar	15.198	25	30.397	50	45.595	37,5
Geração CIII	30.397	50		–	30.397	25
Total	60.793	100	60.793	100	121.586	100

16.3. Reservas de Lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Legal	13.285	10.970
Reserva Manut. Capital de Giro	13.285	10.970
Reserva para Expansão	27.534	27.534
	54.104	49.474

16.4. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Essa constituição é efetuada somente quando do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro do ano corrente.

16.5. Reserva de capital de giro

A reserva para capital de giro é uma reserva estatutária constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado anualmente. Essa constituição está de acordo com o Estatuto Social - Capítulo VIII - Das Reservas, Lucros e Dividendos em seu artigo 40.

16.6. Reserva para expansão

A reserva para expansão foi definida pela AGE com a finalidade de reter do lucro o saldo remanescente do lucro líquido no percentual de 65%, após as destinações legais e estatutárias. Essa reserva foi constituída até 2016 para fazer face às obras de construção e serviços complementares para a Usina Corumbá III. Essa reserva deixou de ser constituída por determinação da AGE e o percentual atualmente constituído é distribuído condicionada à anuência prévia do BNDES.

16.7. Distribuição de dividendos

O estatuto, em respeito à Lei nº 6.404/76, art. 202, estabelece no seu capítulo IV, art. 36, o percentual de 25% de dividendos obrigatórios a distribuir, a cada exercício. Os valores em 31 de dezembro de 2023, para cada um dos acionistas, estão demonstrados conforme a tabela abaixo:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	46.303	45.124
Dividendo mínimo obrigatório	10.997	11.281
Companhia Energética de Brasília - CEB	4.189	4.297
CELG - Geração e Transmissão - GELG G & T	4.189	4.297
Geração C III S/A	2.619	2.286
Saldo em 31 de Dezembro	10.997	11.281
Dividendos Adicionais Propostos	30.677	29.331

O valor de proposta para distribuição de dividendos adicionais corresponde ao saldo remanescente do lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias. No exercício de 2023 houve o pagamento no montante de R$40.611 referente aos dividendos destinados do resultado de 2022.

17. Receita Operacional Líquida

A receita corresponde, majoritariamente, ao suprimento de energia relacionado com o contrato de venda de energia de longo prazo com a distribuidora de energia elétrica Neoenergia Distribuição Brasília S.A. Eventualmente há receitas decorrentes da Contabilização da CCEE.

	31/12/2023	31/12/2022
Vendas Brutas		
Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (nota explicativa nº 7)	79.974	75.672
Outros - Liquidação CCEE	217	698
Total das Vendas Brutas	80.191	76.370
Dedução da Receita (i)	(4.374)	(4.478)
	75.817	71.892

(i) O saldo refere-se a:

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Integração Social - PIS	(524)	(520)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.416)	(2.402)
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(765)	(719)
Taxa fiscalização Aneel	(146)	(132)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(523)	(705)
	(4.374)	(4.478)

18. Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição de Energia de Curto Prazo	(8.970)	(9.098)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (nota explicativa nº 7)	(2.077)	(1.963)
Serviços de Terceiros	(2.800)	(4.617)
Depreciação	(4.363)	(4.674)
Amortização	(3.076)	(498)
Outros Custos de Operação (i)	(2.737)	(810)
	(24.023)	(21.660)

(i) Outros custos de operação estão relacionados à compra de materiais, consumo de energia própria, perdas ou desativações. Foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotoria de Justiça de Luziânia a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Goiás e a cidade de Luziânia para a qual já temos 2 termos aditivos assinado. O Termo de Ajustamento de Conduta determina uma série de compromissos que devem ser cumpridos por CECIII, entre eles a aquisição de terras, principal compromisso que remanesceu e que, portanto, será objeto do 3º termo aditivo, ainda em negociação.

19. Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(1.846)	(1.903)
Administradores	(655)	(855)
Serviços de Terceiros	(632)	(722)
Depreciação	(45)	(45)
Amortização	(2)	(20)
Outros Despesas Gerais e Administrativos	(207)	(210)
	(3.387)	(3.755)

20. Resultado Financeiro Líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos sobre Aplicação	4.117	5.386
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(222)	(710)
Variação monetária	(1.205)	(1.330)
Renovação Licença de Operação	(645)	–
Comissões Neoenergia (nota explicativa nº 7)	(24)	(86)
Outras Despesas Financeiras	(192)	(493)
Total das Despesas	(2.288)	(2.619)
Resultado financeiro líquido	1.829	2.767

21. Imposto de Renda e CSLL

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda (IR)	(2.674)	(2.822)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	(1.259)	(1.298)
	(3.933)	(4.120)

A composição do saldo é demonstrada a seguir:

21.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro presumido às alíquotas de 15% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre 8% e 12%, respectivamente, da Receita de vendas total do exercício, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Venda de Energia	80.191	76.370
Base de Cálculo do IR (8%)	6.415	6.110
Imposto de Renda (15%)	(962)	(916)
Adicional de IR (10%)	(618)	(589)
IR sobre aplicação financeira	(1.094)	(1.317)
Imposto de Renda Total	(2.674)	(2.822)
Receita de Venda de Energia	80.191	76.370
Base de Cálculo da CS (12%)	9.623	9.164
Contribuição Social (9%)	(866)	(825)
Outros	(393)	(473)
Contribuição Social Total	(1.259)	(1.298)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.933)	(4.120)

22. Seguros

As 31 de dezembro de 2023, a Energética Corumbá III possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Riscos	Válido até	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil geral - Operações	31/05/2024	100.000	30
Riscos nomeados e operacionais	31/05/2024	643.601	608
Esses riscos se referem a:			
Danos materiais		578.283	
Lucro cessante		65.318	

23. Instrumentos Financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:
• Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do Grupo.
• Nível 2 - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.
• Nível 3 - Ativos ou passivos cujos preços não são observáveis.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, e não inclui informações sobre o valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, uma vez que os ativos e passivos financeiros serão, respectivamente, realizados e exigidos no curto prazo.

	Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	18.095	20.315
Contas a Receber	Custo amortizado	8.553	8.679
Títulos e Valores Imobiliários	Custo amortizado	6.327	5.753
Total dos Ativos Financeiros		32.975	34.747
Fornecedores a pagar	Custo amortizado	1.052	1.004
Encargos setoriais	Custo amortizado	1.379	997
Outros passivos	Custo amortizado	5.866	4.008
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	–	6.752
Total dos Passivos Financeiros		8.297	12.761

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
• Risco de encargos de dívidas.
• Risco de crédito.
• Risco de taxa de juros.
• Risco de Liquidez.

Risco de encargos de dívidas

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas, que aumentam despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações da Companhia.

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito se referem às disponibilidades e às contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber referem-se ao Contrato de Compra e venda de Energia Elétrica entre a Companhia e a Neoenergia Distribuição Brasília S.A. com prazo de validade até o final da concessão. Para minimizar o risco de inadimplemento do cliente, foi formalizado um contrato de garantia junto ao BRB, com anuência da CEB-D, para o bloqueio de suas contas bancárias naquela instituição para permitir o pagamento de suas obrigações contratuais à ECIII. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

Risco de taxa de juros

A Companhia possui parte substancial de suas disponibilidades e do seu endividamento indexado respectivamente à variação do CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhuma operação de instrumento financeiro derivativo envolvendo ativo ou passivo. A exposição desses ativos e passivos à variação das taxas de juros variável é monitorada ativamente pela Administração da Companhia.

Abaixo estão demonstrados a análise de sensibilidade e os diversos cenários que podem impactar os juros anuais sobre os saldos derivados das aplicações financeiras e dos empréstimos.

			Cenários Projetados
Aplicação financeira	Provável	Possível -15%	Remoto -30%
Valor do principal	24.422	24.422	24.422
Taxa: 93% CDI	11,65%	9,90%	8,16%
Valor de aplicação indexada	2.845	2.418	1.992
Impacto de aplicações financeiras	2.845	2.418	1.992

Risco de Liquidez

Índices Econômico-Financeiros		31/12/2023	%	31/12/2022	%
Índice de Liquidez Corrente =	AC	33.149	183%	29.168	116%
	PC	18.131		25.095	
Índice de Liquidez Imediata =	CEC	18.095	100%	20.315	81%
	PC	18.131		25.095	

O risco de liquidez é associado à possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos que tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da Companhia para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiras.

24. Compromissos

Venda de energia

O compromisso futuro de venda de energia elétrica contratada está apresentado abaixo da seguinte forma em valores nominais em 31/12/2023:

Ano	Volume MWh	Preço	Valor Nominal (valores em R$)
2024	178.354	418,39	74.621.530
2025	178.354	418,39	74.621.530
2026	178.354	418,39	74.621.530
2027	178.354	418,39	74.621.530
2028 em diante	1.634.906	418,39	684.028.321
	2.348.322		982.514.442

Os compromissos de venda de energia elétrica são atualizados de forma anual, em outubro de cada ano, utilizando-se o IPCA de doze meses acumulados.

25. Transações Efeito Não-Caixa

As atualizações, constituições e reversões monetárias no montante líquido de R$5.348 referentes aos processos judiciais fundiários, tiveram como contrapartida a conta de Terrenos do Imobilizado e não possuem efeito (efeito não caixa) sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme informado na nota explicativa nº 9.

As adições do intangível incluem transações com efeito no montante de R$ 2.107 que se refere a provisão da renovação da licença de operação e não possuem efeito caixa sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme na nota explicativa nº 10.

Diretoria

Luiz Paulo Oliveira Branco Gazola – Diretor-Geral
Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior – Diretor Administrativo Financeiro
João Alfredo de Mendonça Uchôa – Diretor Técnico

Conselho de Administração

Marcelo José Cavalcanti Lopes – GCIII
Rodolfo Fernandes da Rocha – GCIII
José Fernando Navarrete Pena – CELGPAR
Daniel Vinicios Nunes Vieira – CELGPAR
Ana Cristina Pereira Valle – CEB
Jorge Rego da Silva – CEB

Contador(a)

Alisson de Castro Barboza - CRC/DF 021017/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Energética Corumbá III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Corumbá III S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável éa um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2024
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF
Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº BA 028799/O-3

Deloitte.

Jornal de Brasília
Assinado de forma digital por EDITORA JORNAL DE BRASILIA LTDA:08337317000120
Dados: 2024.03.28 05:27:47 -03'00'

A publicação acima foi devidavente publicada e certificada em **28/03/2024**

Documento assinado e certificado digitalmente conforme **MP Nº 2.200-2** de **24/08/2001**. A autenticidade pode ser conferida ao lado.

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal de Brasília** ou acesse o link: **jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/**